

O NEGRO NO ESPAÇO ESCOLAR: OS REFLEXOS DA LEI 10.639/03

THE BLACK IN SCHOOL SPACE: REFLECTIONS OF LAW 10.639/03

Samuel de Jesus¹

JESUS, S. O Negro no Espaço Escolar: os reflexos da lei 10.639/03. **Akrópolis** Umuarama, v. 20, n. 1, p. 47-54, jan./mar. 2012.

RESUMO: A História da Educação Brasileira mostra ora um processo de exclusão, ora um processo de dominação ao reproduzir preconceitos. A lei 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana é um avanço para uma sociedade democrática. Neste artigo analisamos o processo educativo em que está inserida a lei 10.639/03 seus avanços e limites.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Negritude, Democracia.

ABSTRACT: The History of Brazilian Education sometimes shows a process of exclusion, sometimes a process of domination when reproduce prejudices. Law 10.639/03, the National Curriculum Guidelines for the Education of Racial-Ethnic Relations and the Teaching of History, Afro-Brazilian and African is a breakthrough for a democratic society. Here we analyzed the educational process in which it is inserted the law 10.639/03 its advances and limits.

KEYWORDS: Education, prejudice, democracy.

¹Mestre em História e doutorando em Sociologia UNESP – Araraquara
e-mail: sdjesu@yahoo.com.br

Recebido em dezembro/2011
Aceito em março/2012

INTRODUÇÃO

A DOMINAÇÃO PELA MEMÓRIA

O europeu pensava no negro como um branco degenerado, que poderia ser doente ou desvirtuado. Na simbologia das cores da civilização europeia, a cor preta representa uma mancha moral e física, a morte e a corrupção, enquanto a branca remete à vida e à pureza. Missionários decepcionados com o fracasso da conversão afirmavam que o negro refletia a natureza pecaminosa de suas almas resistentes à palavra de Deus, assim a escravidão era a única possibilidade de “salvação” desses povos.

A desvalorização e a alienação do negro estende-se a tudo que toca a ele: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte, etc. Seu continente é quente demais, de clima viciado, malcheiroso, de geografia tão desesperada que o condena à pobreza e à eterna dependência. O ser negro é uma degeneração devido à temperatura excessivamente quente (MUNANGA, 2001, PP. 21).

A herança social de um povo é legada às futuras gerações por meio da educação. A escola tradicional era a única possibilidade de aprendizado, o do colonizador, assim a memória que lhe inculcam não é a de seu povo. A história de seus ancestrais africanos é substituída pela História europeia dos francos, germanos, anglos e bretões, povos de pele e olhos claros. Aprende a língua do colonizador para fazer parte minimamente da vida social, pois apenas com a sua torna-se um estrangeiro dentro de sua própria terra.

A língua do colonizado não possui dignidade nenhuma no país e nos concertos dos povos. Se o negro quiser obter uma colocação, conquistar um lugar, existir na cidade e no mundo, deve, primeiramente, dominar a estrangeira, de seus senhores (MUNANGA, 2001, PP. 24).

Através da língua, a dominação aconteceu e dessa forma se deu sobreposição cultural de um povo sobre outro. A civilização europeia devora a cultura de grupos étnicos distintos. A justificativa se baseou na ideia de que o homem branco deve ajudar as civilizações, tidas como “atrasadas”, a darem um salto civilizatório. Seria

o fardo do homem branco.

LEMBRAR É REFAZER, RECONSTRUIR E REPENSAR.

O passado sobrevive por meio das lembranças, uma vez internalizado afloraria a consciência que utilizaria das imagens-lembrança. (HALBWACHS, pp.53), assim Halbwachs coloca a questão:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada (HALBWACHS, 1990 pp.71).

O caráter livre da memória é excepcional para Halbwachs, pois lembrar nem sempre é reviver, mas um refazer, um reconstruir, com a visão do hoje as antigas vivências. Devemos duvidar da sobrevivência do passado “tal como foi”, certamente a lembrança é uma imagem reconstruída pelos elementos agora dispostos, assim como as representações que habitam nossa consciência no hoje (BOSI, 1994, PP. 55).

Nasci escrava, mas só tive consciência disso transcorridos depois de seis anos de idade de infância feliz. Meu pai era carpinteiro, e considerando tão inteligente e habilidoso em seu ofício que, quando se tratava de construir edifícios fora do comum, mandavam-no chamar; até mesmo em lugares distantes, para chefiar o trabalho. Sob a condição de pagar à senhora 200 dólares por ano e manter-se, tinha a permissão de exercer seu ofício e tomar conta de seus próprios negócios (...) Na cor, meus pais eram de um tom claro de amarelo-amarronzado, sendo considerados mulatos. Viviam juntos numa casa confortável, e embora fossem todos escravos, eu era carinhosamente protegida que nunca imaginei ser uma peça de mercadoria, cuja guarda lhes estava confiada, e que lhes podia ser retirada a qualquer momento (JACOBSON, 1988, pp.25).

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela,

nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI, 1994, PP. 55).

O CONTROLE SOCIAL DO NEGRO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Michel Foucault (1999) considera a escola um dos três instrumentos de controle social do Estado. Na escola a sociedade aprende velhos ou novos hábitos, reafirmam-se velhos ou novos valores. Para Althusser (1998) a escola é um dos aparelhos ideológicos do Estado. Nosso intuito é o de refletir sobre novos parâmetros sociais baseados em valores democráticos, tais como a diversidade cultural, as relações étnico-raciais no Brasil. O racismo e a difícil inserção do negro na sociedade brasileira são partes de um processo histórico lento cujo final depende da luta do povo negro e adesão da sociedade brasileira. Recentemente, foram dados passos institucionais importantes nesse sentido. A Lei de Cotas nas Universidades Públicas para alunos Afro-Descendentes e a lei 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana. Essas dificuldades representam desafios ao professor no momento da implantação da lei 10.639/03. Conhecer o processo histórico em que políticas públicas impediam o negro de ter acesso à educação certamente fará com que o professor a uma visão crítica sobre os livros didáticos e concepções que difundem o preconceito no espaço escolar, faremos com que a maneira de ver e desperte a consciência sobre a educação do negro no Brasil.

O NEGRO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Segundo Matilde Ribeiro (2004) o Brasil no aspecto legal teve uma ação permissiva diante da discriminação e do racismo cujos reflexos são sentidos ainda hoje. Diríamos que no tempo histórico a escravidão se encontra em um processo de média ou longa duração. O decreto nº 13331 de 17 de fevereiro de 1854 estabelecia que não seriam admitidos escravos nas escolas públicas do país e a previsão para a instrução de adultos negros dependia da disponibilidade de professores. Ademil Lopes (1995) afirma que

na sala de aula não se conta, ainda hoje a história social do negro e cita Luiza da Cunha "Os negros, para viver, precisam às vezes tornar-se invisíveis".

Monica Schwartz (2001) afirma que o preconceito racial no Brasil, hoje, acontece no nível da intimidade e não no aspecto formal, pois segundo a Constituição Brasileira de 1989, racismo é crime inafiançável como todos sabemos, mas persiste o apelido, seleção por entrevistas, currículos que pedem fotos. Estas são maneiras e instrumentos informais que permitem ação preconceituosa.

No que se refere à educação, Vera Maria Candau (2003) afirma que o cotidiano escolar é um espaço de diferentes relações sociais que refletem a diversidade cultural da sociedade brasileira. Diferentes maneiras de ver o mundo, estilos, crenças, costumes, cores, etnias estão presentes no cotidiano escolar, pois a escola é um micro universo social. Assim, as formas de se relacionar com o outro demonstram práticas sociais e mecanismos sutis de difusão do preconceito e estereótipos. Pesquisas apontam que o ambiente escolar pode tornar-se local de reprodução do preconceito, então é *preciso refletir sobre os mecanismos que podem favorecer a naturalização dos preconceitos*.

Sobre a construção do preconceito racial na sociedade brasileira, é importante pensar como uma sociedade escravocrata se construiu na diferença entre raça e classe e considerou a escravidão uma prática *normal*. Para a pesquisadora, o currículo escolar pode contribuir decisivamente para introduzir no imaginário do aluno estereótipos e preconceitos. Alerta que a educação pode ser unilateral e incompleta se não levar em conta os pressupostos multiculturais. A escola deve estar preparada para trabalhar com as diferenças, assim destaca artigo da Folha de S. Paulo de 15/02/2002 no qual Silva afirma:

A questão racial não é exclusiva dos negros. Ela é da população brasileira. Não adianta apoiar e fortalecer a identidade das crianças negras, se a branca não repensar suas posições. Ninguém diz para o filho que deve discriminar o negro, mas a forma como se trata o empregado, as piadas, os ditos e outros gestos influem na educação (CANDAU pp.29,30).

É necessário estabelecer estratégias para a desagregação de processos legitimado-

res de relações hierárquicas que se dão pela cor da pele. A dificuldade para isto reside na existência de um senso comum que muitas vezes não reconhece o racismo. *Ninguém se considera agente ativo de atitudes e comportamentos discriminatórios e racistas* (CANDAU PP.29,30). Problematizado ainda mais a questão, Jerry D'Avila (2006) em *Diploma de Brancura* menciona que existe uma flagrante desigualdade racial na educação brasileira mesmo quando classe social é eliminada como fator.

O NEGRO NA HISTÓRIA

Segundo Ademil Lopes (1995) as pesquisas sobre a História do negro no Brasil deve considerar a opressão vivida pelos povos africanos no cativeiro, buscando relações com o presente. Na sala de aula poderíamos, por exemplo, utilizar a frase cunhada pelo grupo de rock RAPP "Todo camburão tem um pouco de navio negreiro" e fazer um paralelo entre passado e presente onde o carro de polícia (camburão) se parece com o navio negreiro, pois o povo negro continua cativo na violência, pobreza e ignorância e repressão policial, neste sentido o camburão representa, assim como representou o navio negreiro, o transporte para o cativeiro que poderia ser, hoje, o presídio.

Para Lopes (1995) é preciso afirmar que o processo de libertação dos escravos não se deu por uma mentalidade humanística da elite brasileira, mas da emergência da reestruturação produtiva cujo fim do regime servil de trabalho era pré-condição. Os historiadores de São Carlos nada mencionam sobre o passado escravista da cidade, embora tenha sido um dos principais centros de produção cafeeira no final do século XIX para o XX. Nesse período, os negros eram o centro do sistema produtivo do município e foram utilizados em larga escala nas fazendas cafeeiras até a abolição da escravatura, em 1888.

No caso de São Carlos destaca-se a elaboração do código de posturas que visava a regulamentação da compra e venda de escravos, seu emprego no conserto das estradas públicas, sobre o toque de recolher e sobre o escravo fugido imputando penas a quem os escondessem, etc. Diante disso, é preciso afirmar que omitir é uma forma eficiente de subjugação e controle. Os historiadores de São Carlos afirmam que antes da abolição o trabalho assalariado já estava implantado na cidade e a transição do trabalho

escravo para o livre consolidado (LOPES, 1995)

Segundo Gislene Santos (2006, pp.120) as revoltas dos escravos seja individuais tais como os assassinatos dos senhores por envenenamento ou coletivas como as rebeliões e afrontamentos à polícia deram-se em um contexto no qual uma revolução feita pelos escravos resultaria na perda do controle das elites sobre a estrutura social. A abolição da escravatura passou a funcionar como arrefecedor desses conflitos, assim a elite garantiu sua manutenção no controle da sociedade, apregoando a passividade do escravo e a impossibilidade de sua revolta. *Este caso permite perceber como o social é apagado pelo político e as lutas sociais descharacterizadas.*

O movimento abolicionista funcionou como um grande estandarte dos cidadãos brancos que pretendiam, de maneira racional e planejada, adequar o negro a um lugar que não gerasse incomodo à ordem emergente (SANTOS, 2006, p. 120).

Alberto da Costa e Silva lembra que há bem pouco tempo muitos não ousariam discordar da afirmação de Sir Hugh Trevor-Hoper de que não existia uma História da África subsaariana e que a História, ali, só passou a existir com a chegada do Europeu. Porém, não sabia que, antes disto, a África tinha passado por evoluções, mudanças sociais, invenções e movimentos. O estudo da História da África, de uma perspectiva brasileira, nos ajudará a responder várias perguntas, exemplo, como se *crioulizaram* duas margens do Atlântico, como estabeleceram certos padrões culturais nas cidades e vilarejos costeiros ligados pelo tráfico. Na habitação, cozinha, vestimentas. Nas festas e em quase todos os modos de vida.

É necessário e urgente que se estude, no Brasil, a África – pregava, incansável, na metade do século XX, mestre Agostinho da Silva. Foi sob seu acicate que se criou o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia, a cuja sombra se moveu uma geração de interessados na África e em sua História, alguns dos quais atravessaram o Oceano e foram estudar e lecionar em Dacar, Ibadan, Ifé, Kinshasa. Cito alguns nomes: Yeda Pessoa de Castro, Júlio Santana Braga, Guilherme Castro, Vivaldo Costa Lima e Paulo Fernando de Moraes Faria (COSTA E SILVA, 2003, p.238).

A DEMOCRACIA RACIAL EM QUESTÃO.

A designação democracia racial tem sua origem a partir do livro *Casa Grande & Senzala* (1933) no qual Gilberto Freyre afirma que havia certa democracia na relação entre senhores e escravos. Na prática, o que a História do Brasil demonstra é o controle social relativamente eficaz proporcionado pelo mito da democracia racial (SANTOS, 1994, p.45). A democracia racial é uma ideologia eficiente na qual os três grupos étnicos que compõem originalmente o povo brasileiro vivem em harmonia social ou *tolerância* social. Entendendo que tolerar não significa aceitar ou reconhecer como iguais os diferentes grupos étnicos. Sobretudo, é preciso afirmar que em 1933, ano da publicação do livro *Casa Grande & Senzala*, predominavam no Brasil, as teses científicas de superioridade racial do branco e inferioridade do negro.

O livro *Casa Grande & Senzala*, embora carregue preconceitos, é necessário afirmar, segue na corrente contrária à tese do branqueamento, pois sua obra é talvez a primeira a assumir e ressaltar a fundamental importância do negro para o ser e o sentir-se brasileiro. Embora, sua a origem patriarcal de Gilberto Freyre fale mais alto quando afirma que existiu certa *afetividade* na relação entre senhores e escravos ou até mesmo quando tece sua visão sobre a mulher negra *propensa as relações sexuais por serem as negras mais fegosas que as brancas*.

Segundo Kabengele Munanga (2001) quanto à escravidão no Brasil, destaca-se uma produção discursiva cheia de estereótipos e preconceitos aliada de uma situação de violento equilíbrio na qual prevalece a relação dominante/dominado e um discurso monopolista da “raça”, de “virtude” e “verdade”. A dominação colonial na África utilizou como justificativa a *missão colonizadora do ocidente*, ou seja, a missão de civilizar os africanos “selvagens” e convertê-los aos costumes do europeu. Pensava no negro como um branco degenerado, que poderia ser doente ou desvirtuado. Na simbologia das cores da civilização europeia a cor preta representa uma mancha moral e física, a morte e a corrupção, enquanto a branca remete à vida e à pureza. Missionários decepcionados com o fracasso da conversão afirmavam que o negro refletia a natureza pecaminosa de suas almas resistentes à palavra de Deus, assim a escravidão era a única possibilidade de “salvação” desses povos.

A desvalorização e a alienação do negro estende-se a tudo que toca a ele: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte, etc. Seu continente é quente demais, de clima viciado, malcheiroso, de geografia tão desesperada que o condena à pobreza e à eterna dependência. O ser negro é uma degeneração devido à temperatura excessivamente quente (MUNANGA, 2001, p. 21).

A herança social de um povo é legada às futuras gerações por meio da educação. A escola tradicional, preponderante no Brasil, restou como a única possibilidade o aprendizado do colonizador, assim a memória que lhe inculcam não é a de seu povo. A história de seus ancestrais africanos é substituída pela História europeia dos francos, germanos, anglos e bretões, povos de pele e olhos claros. Aprende a língua do colonizador para fazer parte minimamente da vida social, pois apenas com a sua torna-se um estranho dentro de sua própria terra.

A língua do colonizado não possui dignidade nenhuma no país e nos concertos dos povos. Se o negro quiser obter uma colocação, conquistar um lugar, existir na cidade e no mundo, deve, primeiramente, dominar a estranha, de seus senhores (MUNANGA, 2001, PP. 24).

CONCLUSÃO

Os negros brasileiros foram apartados de sua cultura mãe, de seu universo cultural, religioso, linguístico. É quase um europeu. Muitos negros brasileiros são desenraizados. A lei 10.639/03 é um passo institucional muito importante. É preciso voltar ao ponto de origem, reconstituir a trajetória do negro brasileiro e não podemos ensinar somente a História da Europa, mas também a História da África. Os livros didáticos de História apenas descrevem a condição do negro nesse lado do Atlântico. Ao revermos os conceitos, um novo paradigma se estabelece. O aluno por meio do ensino de História da África saberá que tem raízes em um continente chamado África, um conjunto de ressignificações pessoais o levará a uma reconstrução de sua identidade e valorização da diversidade cultural.

Esse é o papel da escola que se baseia em pressupostos democráticos. Entendemos que os reflexos da escravidão não foram de to-

dos dissipados. A introdução da disciplina História da África na grade curricular é peça importante nesse processo. A sociedade que queremos é uma sociedade plural, na qual convivem lado a lado diferentes religiões, orientações sexuais, origens e etnias. Nesse esforço, a escola é um espaço privilegiado para discussões, estudos, reflexões e difusão dos princípios da diversidade por meio de atividades extracurriculares, acesso a exposições, reprodução de filmes sobre o tema. Tudo isso pode fazer com que o jovem elimine seu preconceito e adquira o respeito à diversidade.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos ideológicos de estado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- APPLE, M. W. Políticas de direita e branquidade: a presença ausente da raça nas reformas educacionais. **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 16, p. 61-67, jan./abr. 2001.
- APPLE, M. W.; BEANE, J. A. **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- _____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- CANAU, V. L. **Somos todas iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- D'AVILA, J. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil - 1917-1945**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- FONSECA, M. V. **A educação dos negros: uma nova face do processo de escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. (Coleção Estudos CEDAPH, Série Historiografia).
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FREYRE, G. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 32. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1997.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GONÇALVES, P. S. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. A. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HENRIQUES, R. **Raça e gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas na educação**. Brasília: UNESCO, 2002.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.
- LIMA, M. N. M. de. (Org.). **Escola plural: a diversidade está na sala de aula**. São Paulo: Cortez/Ceafro/Unicef, [19--]. v. 3 (Série Fazer valer os Direitos).
- LOPES, A. **Escola, socialização e cidadania: um estudo da criança negra numa escola pública de São Carlos**. São Carlos: EDUFSCar, 1995.
- MACHADO, N. C. F. **Letramento, gênero, raça e ocupação no Brasil**. 2004. 124 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: ÁTICA, 1988. (Série Princípios).
- NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco: estudo das relações raciais**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. (Biblioteca Básica de Ciências Sociais; ser.1: Estudos Brasileiros; v.9).
- QUEIROZ, D. M. **Universidade e desigualdade**

de: brancos e negros no ensino superior. Brasília: Líber Livro, 2004.

RIBEIRO, M. Apresentação do SEPPIR. In: _____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico - raciais e para o ensino de história e cultura afro - brasileira e africana.** Brasília: [s.n.], 2004.

ROMÃO, J. (Org.). **Série pensamento negro em educação.** Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros, 1997/1999. v. 1-6.

ROSEMBERG, F.; PINTO, R. P. **Raça negra e educação.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 63, 1987.

SANTOS, G. A. dos. **A invenção do ser negro:** um percurso de idéias que naturalizam a inferioridade dos negros. São Paulo: EDUC/FAPESP. Rio de Janeiro: PALLAS, 2006.

SCHWARCZ, L. M. **Racismo no Brasil.** São Paulo: Publifolha, 2001.

SILVA, A. da C. e. **Um rio chamado Atlântico:** a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: UFRJ, 2003.

SILVA, C. (Org.). **Ações afirmativas em educação.** São Paulo: Selo Negro, 2003.

SILVA, P. B. **A Identidade da criança negra e a educação escolar.** Porto Alegre: Faced/UFRGS, 1987.

SILVA, T. T. da (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação.** Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA, I. S. de. **Os educadores e as relações inter étnicas:** pais e mestres. Franca: UNESP-FHDSS, 2001.

SOUZA, N. **Tornar-se negro.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

EL NEGRO EN EL ESPACIO ESCOLAR: LOS REFLEJOS DE LA LEY 10.639/03

Resumo: La historia de la Educación Brasileña muestra a veces un proceso de exclusión, a veces un proceso de dominación al reproducir prejuicios. La Ley 10.639/03, las Directrices Curriculares Nacionales para la Educación de las Relaciones Étnico racia-

les y para la enseñanza de Historia, Cultura Afro brasileña y africana son un avance para una sociedad democrática. En este artículo analizamos el proceso educativo en que está inserida la Ley 10.639/03, sus avances y límites.

Palabras clave: Educación, negritud, democracia.

ARQUIVOS DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIPAR

ISSN 1415-076X



- **Publica trabalhos inéditos nas áreas das Ciências Biomédicas e da Saúde.**
- **Periodicidade: Quadrimestral**
- **e-mail: arqsaude@unipar.br
<http://revistas.unipar.br/saude>**

O CONHECIMENTO NÃO É NADA SE NÃO FOR COMPARTILHADO

